

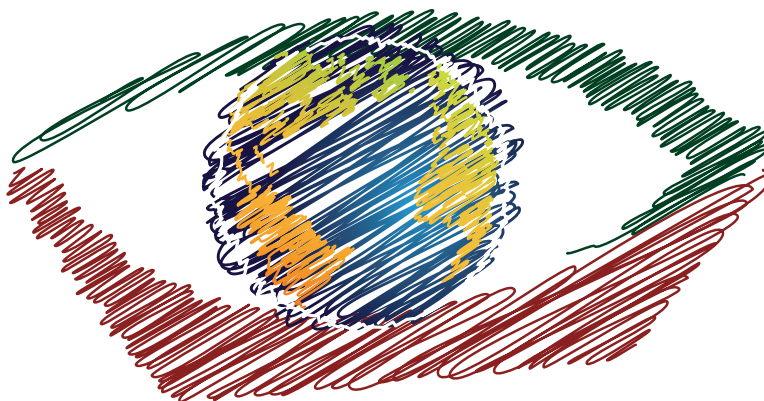
OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>

Da “sociedade de risco” à “modernidade líquida”

João Maria Mendes

Escola Superior de Teatro e Cinema

Palavras chave: Beck, Bauman, Risco, Modernidade líquida

Dois livros marcam, como sintomas de etapas relevantes no devir das sociedades desenvolvidas contemporâneas, um ponto de partida e um ponto de chegada no processo de desconstrução dos equilíbrios e dos contratos sociais herdados do *Welfare State*: em 1986, Ulrich Beck publicava *Risk Society — Towards a New Modernity*, defendendo que as sociedades ocidentais estavam a caminho de formas de organização mais *reflexivas*, baseadas numa nova “economia política do conhecimento”, apoiadas nas suas ciências e técnicas. Em 2000, Zigmunt Bauman publicava *Liquid Modernity*, descrevendo a “liquefacção” de todos os valores “sólidos” sobre os quais as sociedades ocidentais desenvolvidas assentavam, e o desmoronamento das arquitecturas sociais que tinham dado origem à própria ideia de “desenvolvimento”. Tomando os “manifestos sociológicos” de Beck e Bauman como pontos de partida, esta comunicação propõe-se reflectir sobre o devir das sociedades actuais, inscrevendo-se numa tradição prospectiva que herda sobretudo da “filosofia social”.

João Maria Mendes – Licenciado pela *Université Catholique* de Louvain. Doutorado pela Universidade Nova de Lisboa. Professor Associado da Universidade Autónoma de Lisboa em Relações Internacionais e Ciências da Comunicação. Professor da Escola Superior de Teatro e Cinema.

Da “sociedade de risco” à “modernidade líquida”

João Maria Mendes

1.

Para quem, como o autor destas linhas, nasceu pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial, e pôde ouvir ainda jovem, de familiares e amigos, nacionais e estrangeiros, a narrativa testemunhal das privações e dificuldades desses tempos, e assistiu depois às profundas modificações vividas pelo mundo desde os anos 50 do séc. XX até aos nossos dias, a regressão instalada desde finais da primeira década do séc. XXI, e que ameaça, quer a morosa construção da União Europeia, quer o sistema financeiro e as economias reais de boa parte do mundo, parecendo condenar à secundarização o peso e a importância internacional do que ainda ontem era a hiper-potência estadunidense, tem um sabor particularmente patético e irreal.

A actual crise das dívidas soberanas da zona euro pôs decerto em evidência a necessidade de um efectivo governo económico europeu, de um Banco Central Europeu com competências equiparáveis às do Fed (ou Federal Reserve, dos EUA), de um Banco Europeu de Investimento que emita obrigações comunitárias dedicadas ao financiamento de infra-estruturas comuns, e a necessidade de unificação de políticas fiscais, sociais, educativas, jurídicas e penais pelos países membros da UE, a caminho de uma Federação Europeia ou de uns Estados Unidos da Europa.

A crise, que só pode ser resolvida pelas instâncias políticas da UE, propiciará, se der origem a uma recessão generalizada, nacionalismos que porão em causa a sobrevivência da própria ideia de uma Europa una e solidária. Mas também terá aproximado do campo federalista muitos hesitantes que precisavam de entender, em concreto, as consequências de se ter falhado o objectivo da criação de uma Constituição Europeia, e da não implementação dos conteúdos do seu débil substituto, o Tratado de Lisboa.

Quando, a 9 e 10 de Novembro, se percebeu que Silvio Berlusconi ia abandonar a chefia do governo italiano, que o presidente Napolitano o ia substituir pelo antigo comissário europeu Mario Monti, que os juros da dívida pública de Itália a dez anos tinham disparado para além dos 7 %, e que o sucessor interino de Giorgio Papandreu na Grécia ia ser o antigo vice-presidente do Banco Central Europeu Lucas Papademos, tornou-se claro um fenómeno político novo na Europa desde o fim do último conflito mundial: pela primeira vez, dois governos de países membros da zona euro caíam sob as pressões cumulativas do peso das suas dívidas soberanas, dos “mercados financeiros”, do directório informal germano-francês da União Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, pressões que potenciaram as desinteligências políticas internas. E esses governos seriam substituídos, sem eleições, e subestimando-se deste modo o mais básico dos instrumentos democráticos, por executivos emanados das próprias instituições europeias.

Depois de José Luis Zapatero em Espanha, de Brian Cowen na Irlanda e de José Sócrates em Portugal, que tiveram de propor ou de aceitar eleições antecipadas devido à crise financeira e às suas dívidas soberanas, tinha chegado a hora da oitava maior economia mundial e quarta da Europa, terceira da zona euro, o país da Ferrari, da Alfa Romeo e da Fiat, da Armani e da Prada, parceiro maior nos mercados de utilidades, das telecoms e financeiro, mas onde o não crescimento económico de uma década gerara uma dívida superior a 120% do seu produto interno bruto. Com a ultrapassagem do limiar fatal de 7% pelos juros da dívida italiana, a crise da dívida soberana tornava-se finalmente europeia, sabendo-se como se sabia que a Europa não disporia dos meios para resgatar a Itália. A extensão da ameaça à França, à Bélgica, à Áustria e à própria Alemanha parecia inevitável.

As diversas forças que induziram a substituição dos governos da Grécia e de Itália, e que forçaram eleições em Portugal, Espanha e Irlanda (dando lugar a novos executivos presididos, respectivamente, por Pedro Passos Coelho, Mariano Rajoy e Enda Kenny), não agiram necessariamente em sintonia, do mesmo modo que, no que respeita a estes países, cada caso é um caso. Mas, apesar das divergências entre FMI, BCE, Comissão Europeia e directório germano-francês quanto às receitas para enfrentar e resolver a crise das dívidas soberanas, e do jogo “independente” das principais agências de notação que representam os interesses do capital financeiro internacional, a acção conjunta desta frente fortemente desarticulada produziu a

pressão suficiente para induzir os mesmos efeitos em todo o Sul da Europa; o caso irlandês, diferente, foi sobretudo provocado pelo colapso da respectiva banca, resultante da exposição aos efeitos da crise americana de 2008. É porventura significativo notar que a crise dos “países periféricos da zona euro” atingiu sobretudo Estados que viveram em ditadura parte do século XX — Portugal e a Grécia, Itália e Espanha — uma nota que não desenvolveremos aqui mas que deixamos para posterior reflexão.

Neste Novembro de 2011, tudo pareceu convergir para que a lei de Murphy imperasse na zona euro: subitamente, a imprensa “descobriu” que a França e a Alemanha estavam a discutir há meses cenários posteriores a um provável colapso da moeda única; o secretário do Tesouro britânico admitiu que o Reino Unido estava a preparar-se para um cenário de “Armagedão” europeu, apesar de considerar o Norte de Itália solvente e suficientemente exportador, e que, por isso, a estimulação de um cenário de catástrofe era, para já, exagerada. Mas ao mesmo tempo todos os reguladores financeiros europeus monitorizavam cuidadosamente a pesada exposição dos bancos da zona euro à dívida italiana, certos de que o agravamento desta se repercutiria, em primeiro lugar, na banca europeia.

A chanceler Angela Merkel desmentiu prontamente os rumores sobre negociações entre o seu país e a França, preparatórias de uma situação pós-colapso do euro. Mas por todo o lado se multiplicavam os sinais de que a crise das dívidas soberanas estava a crescer em espiral e a fugir a qualquer controlo programado e previsível.

De visita à China, Christine Lagarde, directora-geral do FMI, avisava contra o “risco de espiral de instabilidade financeira generalizada”, sublinhando que “a economia mundial entrou numa fase perigosa e de incerteza”. E o presidente da China Investment Corporation (CIC), Jin Lique, partia em guerra contra o “Estado Providência”, inteiramente responsável, em seu entender, pela crise das dívidas na Europa: “Os problemas dos países europeus resultam apenas de uma sociedade em fim de ciclo, que vive de conquistas sociais”, disse ele numa entrevista à cadeia televisiva Al Jazira. “Acho que essas leis sociais são obsoletas e só favorecem a preguiça, a indolência, e nunca o trabalho duro”. Jin Lique respondia a questões sobre o desejo chinês de ajudar a Europa a ultrapassar a crise das dívidas, e insistia: “Porque é que em certos países europeus se trabalha até aos 65 anos, e noutros é possível obter a reforma aos 55, passando o resto da vida na praia?”

De certo modo, a sobrançeria chinesa face à crise europeia e estadunidense representa o cúmulo da ironia histórica da nossa contemporaneidade: é o país tantas vezes acusado de desrespeito dos direitos humanos, de desrespeito das leis internacionais do comércio, ainda governado por um partido comunista mas praticando, nesta época do seu imparável crescimento, modelos de desenvolvimento vários e contraditórios, e que, sobretudo, nada tem em comum com as democracias representativas ocidentais, que, na sua nova posição de credor da economia internacional, critica abertamente a inépcia desse Ocidente e das suas democracias para lidar com os problemas que o seu modelo gerou.

2.

Uma tal reflexão leva-nos de volta à “sociedade de risco”, criticada em 1986 por Ulrich Beck, e à entrada na “modernidade líquida” descrita por Zigmunt Bauman em 2000.

A fechar o seu célebre livro de 1986, *Risk Society: Towards a New Modernity*, Ulrich Beck escrevia sobre o poder político que, numa sociedade em que tudo se tornou controlável, “a idade das desculpas acabou: já não existem constrangimentos objectivos dominantes, a não ser que o permitamos e os tornemos dominantes”. Beck prevenia, então, contra a progressiva autonomia da esfera económica associada à investigação tecno-científica ao serviço das indústrias (leia-se biotecnologias, indústrias alimentares e agro-alimentares, farmacêuticas, petrolíferas, outras).

Ele apoiava-se, entre muitos outros exemplos, na experiência da doença de Minamata e dos seus 3.000 casos de morte, desde 1956, por envenenamento com mercúrio; da síndrome do óleo tóxico espanhol, revelada em 1981; o seu livro surgiu quase em simultâneo com o aparecimento dos primeiros casos britânicos de encefalopatia espongiforme bovina, ou BSE; o acidente de Tchernobyl ocorreria em Abril de 1986, inscrevendo-se numa série de acidentes com centrais nucleares de que o mais recente episódio foi, já em 2011, a fusão de reactores em Fukushima, no Japão. Beck podia também citar as marés negras provocadas por acidentes com super-

petroleiros ou pela exploração industrial pura e simples, que viria a conhecer episódios posteriores, como a explosão da plataforma P-36 na Baía de Campos, Brasil, em 2001, ou o recente vazamento de petróleo no Golfo do México provocado pela BP em 2010. Referindo-se, em 1986, ao expectável desempenho do poder político, escrevia Beck:

“A política já não é o único lugar, nem o lugar central, onde são tomadas as decisões sobre (...) o futuro. O que está em causa em eleições e campanhas não é a escolha de um líder da nação que segura as rédeas e se torna responsável pelo que de bom ou de mau suceda durante o seu mandato. Se assim fosse estaríamos a viver numa ditadura que elege o seu ditador, não em democracia.” (Beck 1986: 233, 234).

Relidas 25 anos depois, em finais de 2011, num dos países periféricos da zona euro cujo programa de governo está condicionado pelo *Memorando de Entendimento* que cauciona a ajuda externa destinada a evitar a bancarrota do Estado, estas palavras de Beck parecem dramaticamente inactuais. A ameaça representada pela aliança entre os poderes económicos e o progresso das tecno-ciências manteve-se, mas foi entretanto ultrapassada por outra com consequências bem mais globais, a da agressiva autonomia do capital financeiro face à política, impondo a sua lei a estados-nações, a territórios e a instituições de regulação ou de governo supra-nacionais.

O retrato do chefe de governo como “ditador eleito”, “responsável pelo que de bom ou mau se passe durante o seu mandato”, ressurgiu ironicamente, nos países “salvos” *in extremis* por operações de resgate, em forma de um representante vicarial dos salvíficos credores. Logo desde a sua primeira página, o *Memorando* firmado entre o Estado português e os seus financiadores externos, por exemplo, explicita as condições dessa tutela, que condicionam o exercício do poder político no país assistido, repondo em primeiro plano um conjunto de “constrangimentos objectivos dominantes” — aquilo mesmo que Beck julgava, em 1986, que tínhamos conseguido ultrapassar:

“As autoridades [portuguesas] comprometem-se a consultar a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional quanto à adopção de políticas que não sejam consistentes com este Memorando. Prestarão também à CE, ao BCE e ao FMI toda a informação solicitada para a monitorização da implementação do programa e o acompanhamento da situação económica e financeira. [E] antes dos desembolsos (...), deverão apresentar um relatório sobre o cumprimento das condicionalidades”.

Este regresso das autoridades nacionais, eventualmente representadas pelo chefe do governo ou pelo seu ministro das Finanças, à situação de executor de um programa imposto por terceiros e descrito como sem alternativa, revela a dimensão da regressão política face às propostas de Beck em 1986: em *The Risk Society*, o autor afirmava que o principal problema das democracias contemporâneas consistia nos poderes fácticos e excessivos da articulação entre o mundo dos negócios e das tecno-ciências que tinham conseguido escapar ao controlo democrático e passado a fazer política pelos seus próprios meios. Beck considerava que essa autonomia brutal tinha aumentado dramaticamente a componente de risco das sociedades, porque o mundo dos negócios, articulado com a investigação técnica e científica, etc., se habituou a sair impune das catástrofes que eventualmente causava, remetendo a limitação de danos dessas catástrofes, essa sim, para a responsabilidade dos poderes públicos, que em geral nem tinham competência para discutir as actividades potencialmente geradoras de catástrofe.

Beck considerava, por isso, que as decisões oriundas do mundo dos negócios deviam ser previamente escrutinadas pela instância política: concretamente, os parlamentos deveriam discuti-las e caucioná-las, ou impedir a sua implementação. Na sua visão, o poder político tornava-se, assim, num mediador, legitimado pelo voto, entre o interesse público e os interesses económicos que pudessem pôr em risco a vida social, ou até o pacto e o contrato social. Esta definição da esfera política parece corresponder à esperança tardia, representada pela social democracia alemã e do norte da Europa, na continuidade do *welfare state* e da *affluent society* (mas entretanto Margareth Thatcher tinha chegado ao poder em 1979, e Ronald Reagan em 1981).

Em 1986, Beck referia-se especialmente às responsabilidades da instância parlamentar e aos riscos excessivos da desregulação económica, articulados com a progressiva redução de poderes da esfera política. 25 anos depois, o que está em causa é o falhanço das instâncias de regulação criadas a montante e a juzante dos poderes políticos enfraquecidos: o risco cresceu vertiginosamente, mas agora protagonizado pela autonomia excessiva das grandes instituições financeiras que produziram a crise de 2008 e a sua generalização às economias reais um ano depois.

Dir-se-á que os últimos 25 anos — a idade do livro de Beck — foram, também, vividos sob o signo da passagem do “modelo de produção industrial de desenvolvimento” para um “modelo pós-industrial de desenvolvimento”; *modelo* tem, aqui, o valor polissémico de “tipo ideal” (como em Max Weber), de “causa exemplar” (no sentido platónico), de instrumento de compreensão (face ao passado) e de visão projectiva (perante o futuro) (Ladrière, 1991: 15). Na reflexão sobre a passagem de um modelo para outro, inscreveu-se um novo ideótipo compreensivo, marcado por termos como *reconversão tecnológica*, *inovação*, *terciarização*, *desindustrialização*, *sociedade do conhecimento*, *deslocalização*, *globalização*. Do ponto de vista cultural, esta nova vaga reflexiva articulou-se com outra, sobre a passagem da “modernidade” a uma idade “tardo-moderna” ou “pós-moderna”.

A pertinência deste novo vocabulário precisou de se apoiar na razão prática, como sempre foi apanágio do pensamento aplicado. Mas subsistiram e subsistem questões insuficientemente esclarecidas, que obscurecem fracções consideráveis da reflexão. Por exemplo: a desindustrialização das antigas sociedades ou regiões ocidentais traduziu-se, sobretudo, na deslocalização de capitais e de meios de produção para novas áreas do Mundo, designadamente para a Ásia, redesenhando-se deste modo a antiga “divisão mundial do trabalho”. Se assim foi, então a passagem do modelo industrial ao pós-industrial foi e é um fenómeno, não global, mas regional: o modelo industrial deslocalizou-se, não desapareceu. Mas, ao deslocalizar-se, deixou em crise os territórios de onde emigrou: Estados Unidos em primeiro lugar, parte da Europa a seguir.

O fenómeno da desindustrialização é apreciável em diversos registos e dimensões: em 2000, os EUA representavam 26,6% e a China 6,6% de todo o valor adicionado gerado pela indústria mundial. Em 2009, estes valores eram de 18,9% e 15,6%, respectivamente, o que mostra bem as transferências de actividades industriais dos primeiros para a segunda. No Brasil, assiste-se a uma descida galopante, mas ainda insuficientemente quantificada, do peso da indústria na composição do PIB. No caso português, entre 1996 e 2008, o peso da indústria no *vab* total da economia desceu de 19,5% para 14,6%. Hoje, a indústria apenas representa 15% do PIB português e 18% do emprego nacional (em 1996 representava 22% do emprego: em 12 anos perderam-se quase 90 mil postos de trabalho industriais). Mas se a indústria não ultrapassa estes valores no PIB e no emprego, é responsável por 72% das exportações nacionais...

Em Portugal, estranhamente, os mesmos actores que, nos últimos 15 anos do séc. XX, promoveram e impuseram, em concordância com as normas e orientações da Comunidade Europeia, a desindustrialização e a terciarização do país, voltaram, em 2011, e já sob o látego do programa político imposto pela ajuda externa que evitou a bancarrota do Estado no último momento, a defender a reindustrialização do país, incluindo o regresso a actividades tradicionais como a agricultura e a agropecuária, embora mantendo-se focados no crescimento das indústrias exportadoras, única hipótese vislumbrada de projectar no futuro algum crescimento económico nacional. Do ponto de vista destes actores, aquilo que contribuíram decisivamente para destruir ao longo de uma década, pagando indemnizações com fundos europeus, seria refazível, e sem um cêntimo, num par de anos. Haverá algo de politicamente mais patético e mais imperdoável?

Outro traço definatório do período em referência — os últimos 25 anos — foi, nos EUA como na Europa, o endividamento público e privado, cego e sem restrições. Decerto, a travessia dos limiares de razoabilidade da dívida soberana põe em causa as políticas de endividamento adoptadas durante mais de duas décadas em casos europeus como o português e o grego (independentemente da orientação ideológica dos respectivos governos, visto que a alternância foi sendo garantida pelo voto democrático). Mas a banca globalmente considerada, e a insuficiência das entidades que deveriam ter regulado a liberdade da acção bancária, são tão responsáveis como os governos pelo descalabro do endividamento, quer público quer privado: foram décadas de crédito fácil e barato, sem qualquer responsabilização dos emprestadores pelas consequências do endividamento por eles furiosamente promovido.

Ao excesso de liberdade do mundo dos negócios e das tecno-ciências, que, como dissera Beck em 1986, passaram a fazer a sua política sem qualquer controlo democrático, veio, assim, juntar-se o excesso de liberdade do capital financeiro e da banca, que, como se viu, causaram a crise estadunidense de 2008 e tinham fomentado o endividamento que levou à explosão das dívidas soberanas nos países europeus a quem a adesão ao euro retirou a possibilidade de corrigir os seus excessos através da desvalorização da moeda nacional.

Curiosamente, a mesma banca que conquistara essa liberdade excessiva foi a primeira a pedir ajuda ao Estado, sobretudo na Europa, exigindo-lhe que pusesse ordem na casa mal se viu seriamente ameaçada — e sugerindo, inclusive, que a intervenção estatal deveria ir, quando necessário, até à nacionalização. A nova consciência da responsabilidade da banca na crise actual levou aliás o presidente da Comissão Europeia a anunciar, em Outubro passado, que iria apresentar ao Conselho e ao Parlamento Europeu uma proposta de responsabilização penal individual dos actores financeiros. Disse ele, em Bruxelas, à saída de uma cimeira social reunida nessa data:

«Sei que não é fácil haver unanimidade imediata, mas vimos no passado que várias propostas que enfrentavam inicialmente forte criticismo e resistência (...) acabaram por ser adoptadas. Espero que seja esse o caso desta proposta que estamos a finalizar agora».

Mas para além dos comportamentos irresponsáveis das instituições financeiras, e como têm sublinhado os mais diversos autores (p. ex. Touraine, 2005), a autonomização da economia em relação à política enfraqueceu os Estados-Nações e as próprias instituições políticas internacionais, retirando-lhes respectivamente soberania e capacidade de regular a liberdade de movimentos do universo económico e financeiro. E o conjunto de fenómenos associados a esta desregulação generalizada — o contrário do que, tardiamente, Beck ainda pedia em 1986 — foi, como vimos, acompanhado por deslocalizações maciças de capitais e pela desestruturação, igualmente maciça, do que sobrava da antiga organização fordista do trabalho. O resultado desta convergência de factores, associado ao progresso do individualismo como matriz dos comportamentos económicos e sociais, foi a rápida erosão da antiga pirâmide social (Mendes: Janus 2006).

A deslocalização das indústrias que podem crescer à custa de mão-de-obra barata para o continente asiático foi, neste contexto, o “acontecimento transformador” (Ladrière, loc. cit.) decisivo para a alteração dos perfis laborais e das forças produtivas nos países ocidentais do hemisfério Norte. De facto, a destruição dos equilíbrios que tinham produzido as “três décadas de ouro” posteriores à Segunda Guerra Mundial prenunciavam o princípio do fim da ordem internacional que hoje parece ter-se tornado irreversível. E permite-nos invocar, com alguma ironia, um breve texto de Walter Benjamin, de 1931, sobre aquilo a que ele chamou então, numa formulação nietzscheana, o “carácter destrutivo”:

“O carácter destrutivo não tem ideais. Tem poucas necessidades, e muito menos a de saber o que ocupará o lugar da coisa destruída. (...) O carácter destrutivo não está nada interessado em ser compreendido. Considera todos os esforços nesse sentido como superficiais. A incompreensão não o afecta. (...) O carácter destrutivo não vê nada de duradouro. Mas por isso mesmo vê caminhos por toda a parte, mesmo quando outros esbarram com muros e montanhas. Como, porém, vê por toda a parte um caminho, tem de estar sempre a remover coisas desse caminho”.

A ciência política, a economia e a sociologia conhecem, desde o *Manifesto Comunista* e de *O Capital*, a ideia de “criação destrutiva” (*creative destruction*), usada por Marx para descrever o modo como o capitalismo destrói as suas anteriores formas e estruturas de produção para impor novas oportunidades de geração de riqueza e lucro, e retomada tempo depois por Werner Sombart (1913). A ideia tornou-se mais tarde, articulada com as de inovação e progresso, na mensagem central de um Joseph Schumpeter (1942) e continuou a ser, até aos nossos dias, glosada por autores como Manuel Castells (1996), David Harvey (2010) ou Richard Florida (2011). Ela exprime hoje, o clima da guerra contra o “modelo social europeu” e a imposição do “novo modelo de sociedade” — aquilo a que Florida, analisando a crise estadunidense, chamou *The Great Reset* (a grande recomposição).

No início da década de 30 do séc. XX, o pequeno texto de Walter Benjamin sobre o “carácter destrutivo” tinha como pano de fundo a grande depressão gerada pelo *crash* de 1929 e a hiperinflação alemã resultante da derrota de 1918, e prenunciava o imparável crescimento do nacional-socialismo e dos fascismos europeus. 70 anos depois, na transição do séc. XX para o séc. XXI, porém, esse “carácter destrutivo” viria a ser descrito pelo sociólogo polaco (emigrado em Inglaterra) Zigmunt Bauman como caracterizando os comportamentos da elite social e económica da era da globalização ou, nos seus termos, da “modernidade líquida”.

A metáfora da “modernidade líquida” serviu a Bauman para ilustrar a dissolução dos valores económicos, sociais e políticos que levaram ao *Welfare State*, e a sua substituição pelos sucessivos regimes de desregulação. No seu livro de 2000, *Liquid Modernity*, Bauman tentou explicar quais as componentes principais da passagem da “modernidade sólida”, constituída por pactos sedimentados entre os poderes económicos, sociais e políticos, e cujo ícone é a antiga “fábrica fordista”, onde capital e trabalho se juntavam para a vida com todas as suas contradições internas, para a actual “modernidade líquida”, que liquidou o modelo do fordismo através da quebra unilateral, pelo capital, dos pactos que o sustentavam. O capital, diz ele, ganhou autonomia, libertou-se da “prisão” em que vivia com os seus trabalhadores e tornou-se fugitivo, escapista, evasivo, reduzindo o trabalho a um factor menor, substituível e, *à la limite*, desprezível, quando aprendeu a deslocalizar-se e a viajar.

O fim da Segunda Guerra Mundial produziu a consolidação temporária do *Welfare State* e de um modo de produção industrial baseado na grande concentração de meios de produção no mesmo espaço. Este modelo é representado, por exemplo, pela fábrica *Willow Run* da General Motors no Michigan, criada por Henry Ford para construir bombardeiros B-24 durante a Guerra. A fábrica empregava então 42.000 trabalhadores. A GM comprou-a em 1953, e nos anos 70 ainda lá trabalhavam 14.000 pessoas. Em 2009, a GM, entrada em processo de *downsizing*, enfrentava a falência. A fábrica encerrou em Dezembro de 2010, quando só lá restavam 320 trabalhadores. Este itinerário é paradigmático do que se passou com o capitalismo da “modernidade sólida” norte-americana, dando origem à devastação do capital humano e ao abandono de cidades industriais como Newark e Detroit, descrito por Richard Florida em *The Great Reset*. Paul Krugman (2008) explicou como o *Slump Belt*, com as suas manufacturas pesadas, e que vai do Midwest industrial às Carolinas, se tornou no epicentro da crise americana.

O percurso que levou ao desaparecimento progressivo das grandes indústrias da “modernidade sólida” da paisagem estadunidense foi determinado, precisamente, pelo fim do “entendimento para a vida” entre capital e trabalho de que fala Bauman. Diz ele (2000: 149):

“Numa extensão nunca atingida nem sequer pelos antigos latifundiários absentistas, o capital cortou com a sua dependência do trabalho devido à sua nova liberdade de movimentos com que apenas sonhara no passado”.

Globalização, desterritorialização, deslocalização, instalação temporária em lugares onde a mão-de-obra é mais barata, capacidade para evitar compromissos duradouros com autoridades políticas locais, garantia de evasão sem responsabilização nem consequências quando as circunstâncias e oportunidades o aconselham, tudo isto, feito em nome, e ainda, da “modernização” das sociedades, representa a entrada do capital na sua “modernidade líquida”, onde todos os valores contratualistas do antigo fordismo se dissolvem. O capital aprendeu a arte da fuga e do desaparecimento como Houdini, que passou a ser o seu novo ídolo, diz Bauman.

3.

Agora, as consequências desta “modernidade líquida” tornaram-se vertiginosas. Iniciei a redacção desta comunicação no início de Outubro de 2011, quando o FMI divulgou o relatório sobre as perspectivas económicas para a Europa a que chamou “Navegando em águas agitadas”. Os principais responsáveis europeus tinham voltado a adiar (para Novembro) a concessão de nova “tranche” da ajuda externa à Grécia, que pouco antes comunicara não ir atingir as metas de redução da sua despesa pública em 2011 e 2012. A chanceler alemã Angela Merkel reafirmava

que tudo faria para impedir os gregos de sair do euro, mas persistia em não admitir a reestruturação da dívida grega nem a criação de obrigações do tesouro europeu (ou *eurobonds*). Num brusco movimento de autonomia face à mesma Sra. Merkel e ao presidente francês Nicolas Sarkozy, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, fora ao Parlamento Europeu afirmar que o órgão a que preside é o genuíno “governo económico” da União Europeia (e não o “directório” informal constituído pela Alemanha e pela França), e que continuaria a pugnar pela instituição de obrigações europeias.

Enquanto isso, porém, as tensões financeiras agravavam-se no seio dos mercados de capitais, bem como a desconfiança generalizada sobre a regeneração das dívidas soberanas da zona euro. O presidente cessante do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, admitia que a crise das dívidas tinha atingido uma dimensão “sistémica”, que a banca europeia entrara em zona de perigo e que o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira devia ser usado do modo mais maleável possível. Disse ele:

“O alto nível de interconexão do sistema financeiro da UE provocou um aumento rápido do risco de contágio. Isso ameaça a estabilidade financeira do conjunto da União e afecta negativamente a economia real na Europa e para além dela”.

De Washington, Barack Obama insistia em que, na reunião de Novembro dos G20, os europeus falassem a uma só voz e apresentassem um plano de acção “claro e eficaz” para fazer frente à grave crise e inverter a tendência para a sua deterioração. Tal não sucedeu, como se sabe: o G20 foi surpreendido pela proposta de referendo grego às novas medidas de austeridade que constituiriam a contrapartida da nova “tranche” de empréstimo. Mas logo a seguir o primeiro-ministro grego Papandreou desistiu do referendo, e caiu dias depois.

Desenhando o pano de fundo da crise europeia, o FMI sublinhava, então, a sucessão de choques negativos sobre a economia mundial na primeira metade de 2011: nos EUA, a debilidade do crescimento agravava-se com a disputa partidária em torno da subida da dívida pública; o custo do petróleo subira em resultado das “Primaveras árabes”; e, no Japão, um tremor de terra e *tsunami* invulgarmente devastadores, e a extensão dos seus efeitos, tinham perturbado a totalidade da produção industrial mundial. Tudo isto levava o Fundo a rever em baixa o crescimento do PIB mundial para 4% em 2011 e 2012, menos meio ponto do que previsto em Abril.

Quanto à Europa, o Fundo considerava então que o agravamento da crise da zona euro estava a aumentar a desconfiança dos mercados, não só em relação aos países periféricos da mesma zona, mas também relativamente ao “núcleo duro” europeu, anunciando-se quebras significativas das procuras internas, com consumidores, banqueiros e investidores a temer o contágio da crise das periferias. Por isso, o Fundo previa o recuo do crescimento global europeu de 2,4% em 2010 para 2,3% em 2011 e para 1,8% em 2012. Observada por outras entidades, esta mesma realidade significava o agravamento, aparentemente imparável, do fosso entre o Norte e o Sul da zona euro: sujeitos a recessões graves, resultantes das políticas de austeridade ditadas pelos emprestadores, como iriam países como a Grécia e Portugal conseguir crescer? E, não o conseguindo, como poderiam continuar a pagar as dívidas supostamente salvíficas, contraídas mediante imperativos planos de resgate das suas degradadas economias?

Para além deste cenário preocupante, perfilava-se outro: o do perdão parcial da dívida grega e da sua renegociação, com inevitáveis perdas para os credores, e o da eventual necessidade de segundo empréstimo a contrair por ambos os países. De facto, e na mais optimista das hipóteses, Portugal e a Grécia deveriam, neste contexto, manter-se em recessão, respectivamente, até meados de 2012 e 2013. Em Itália e na Espanha, os juros sobre as dívidas soberanas deveriam continuar a subir, o que, articulando-se com pacotes locais de austeridade e a fragilidade das bancas, travaria, também nestes países, um crescimento já inexistente ou irrelevante. E a incidência deste amplo quadro sombrio teria efeitos mesmo em economias como a alemã, que começara por pouco sentir as crises dos países periféricos da zona euro, mas que deveria ver o seu crescimento descer de 2,7% em 2011 para 1,3% em 2012.

Pior e mais grave, alargava-se a convicção de que a saída da crise seria mais lenta e poderia estender-se por um longo período de quase estagnação ou mesmo de recessão, atingindo, por contágio, o “núcleo duro” europeu: entre os 16 países da zona euro, apenas seis (Alemanha, Áustria, Finlândia, França, Luxemburgo e Holanda) mantinham a classificação AAA pelas três

grandes agências de notação (Moody's, Standard & Poor's e Fitch), mas a França estava cada vez mais ameaçada de perder o seu cartão de membro desse clube restrito.

No seu relatório de Outubro, o FMI anotava que, nos últimos dez anos, as taxas de crescimento do PIB por habitante tinham sido muito desiguais entre países europeus, indo dos 0% de Portugal e de Itália aos 4% dos países mais performativos. E acrescentava, evocando esperançosamente experiências recentes, que nunca foi fácil sair de situações prolongadas de crescimento muito fraco ou nulo, mas que a Holanda e a Suécia dos anos 80 e 90 tinham mostrado que tal é possível.

Adensando este quadro sombrio, a generalidade das instituições financeiras europeias lutava com problemas de liquidez e de capitais, e enfrentava a necessidade de refinanciamentos consideráveis, o que diminuía a sua capacidade de assistência ao crescimento. Em resultado desta situação, o crédito e as transferências inter-bancárias na zona euro tinham caído a pique. A meio de Julho, Jacques Delors, Felipe González, Romano Prodi, António Vitorino e outros tinham juntado esforços para propor uma “Visão clara” sobre a crise da zona euro, chamando a atenção para a responsabilidade da banca e dos seus accionistas. Diziam eles, então:

“Os Estados devem garantir os depósitos dos particulares — cada particular deve poder ter confiança no seu banco. Mas não é aos contribuintes que compete pagar os investimentos das instituições financeiras em dívida grega, ou obrigações bancárias que se revelaram frágeis ou faliram, como nos casos da Islândia e da Irlanda. As instituições financeiras assumiram riscos, o que faz parte do seu ofício. Mas os seus accionistas, os proprietários das obrigações que emitiram, devem assumir a sua parte das perdas (...)”.

E acrescentavam, muito antes do banco *Dexia* ter ameaçado tornar-se na primeira “baixa” europeia entre as instituições financeiras:

“A regulação já não pode manter-se acantonada no âmbito nacional. Nem o Conselho do Euro nem o Banco Central Europeu souberam prevenir o crescendo dos riscos nem o endividamento privado excessivo. A crise permitiu instalar um esboço de regulação europeia dos bancos e mercados financeiros, que tem de se desenvolver para ter êxito, contribuindo para uma melhor regulação financeira mundial”.

Três meses depois, porém, em Outubro de 2011, esse “esboço de regulação” não se tinha desenvolvido e a palavra-chave para definir a situação resultante da crise da zona euro continuava a ser “incerteza” — uma palavra reentrada no léxico dominante desde o estalar da crise estadunidense de 2008. A conjuntura internacional repetia e acentuava perigosamente os traços que a tinham determinado três anos antes: apresentava-se sombria, na expectativa de piores dias marcados pelo seu agravamento geral, temendo-se uma “catástrofe” grega, o contágio italiano e o seu inevitável efeito de dominó.

A par e passo com a generalização das políticas de austeridade adoptadas, embora em geometrias variáveis, pela zona euro e pela Grã-Bretanha, e do medo de uma recessão endémica, foi-se enraizando na Europa, depois de ter ganho maior expressão nos Estados Unidos, uma nova ideia: em 2011, a luta contra a crise das dívidas soberanas na zona euro adquiriu os contornos ideológicos da “escolha de um novo modelo de sociedade”, sendo o principal visado o antigo “modelo social europeu”, definitivamente classificado como insustentável. Mas essa “escolha de um novo modelo de sociedade”, longe de estar nas mãos dos cidadãos, surgiu, nas palavras do economista socialista Charles-André Udry,

“... imposta pelos «mercados» e pelos que dominam os países do centro da UE (a Alemanha com seu *hinterland* e seus aliados), traduzindo-se numa política de austeridade geral, com um peso particular imposto às populações dos países «periféricos». Tudo isto em nome duma retoma da dinâmica das exportações. Ela apoiar-se-ia na contracção dos salários directos e indirectos, com o objectivo de reduzir os custos unitários do trabalho”.

Os “mercados”, não é de mais recordá-lo, são sobretudo representados, neste drama, pelas três principais agências de “rating” que ao longo de 2011 acentuaram o seu braço-de-ferro com as instituições europeias, degradando, por vezes de forma brutal, o valor atribuído a países como a

Grécia, Portugal e Espanha, ameaçando a Itália e a França e, por contágio, o “núcleo duro” dos países AAA europeus.

Este é, no momento em que escrevemos, o cerne da questão europeia: com a ofensiva aparentemente imparável contra o modelo social europeu, e a substituição deste por um modelo néo-liberal, imposto pela pressão das dívidas soberanas da zona euro, caem igualmente a solidariedade e a subsidiaridade entre estados membros, a despeito das permanentes denegações. Ou seja, o que está em causa, para fazer sobreviver a zona euro, é o *downgrading* generalizado dos países mais endividados da região, que no caso grego poderia representar a muito curto prazo a perda de metade do valor do país, e no caso português cerca de 35 por cento, através da redução dos salários directos e indirectos e, portanto, do valor do trabalho.

Que os assalariados da administração e função públicas, os “servidores do Estado”, sejam os primeiros alvos preferenciais desse corte do valor do trabalho, em Portugal como na Grécia, na Irlanda como em Itália ou em Espanha, é um facto que decorre de décadas de ressentimento contra os seus “empregos seguros” e “privilégios”, ressentimento que os transformou em bodes expiatórios ideais. Mas seria ingénuo pensar que o “novo modelo de sociedade” se limitará a atingi-los. Atingindo-os em primeiro lugar, os poderes públicos dão mostras de iniciar o *downgrading* pela sua própria esfera, reduzindo despesas onde o Estado é o empregador (em Portugal, este universo representa um quinto do mundo do trabalho). Mas a generalidade da economia privada tenderá a afinar pelo mesmo diapasão, generalizando a desvalorização do trabalho a toda a rede social, em nome da produtividade, da competitividade, do investimento na retoma e até da justiça social. A receita é simples: não sendo possível desvalorizar a moeda, torna-se indispensável desvalorizar as pessoas, o seu custo social e os seus bens, diminuindo salários e pensões, aumentando impostos e encarecendo a totalidade dos serviços do Estado Providência. E a sua justificação é ainda mais simples: “Não é possível continuarmos a viver acima dos nossos próprios meios”.

A “guerra social” que exprime a imposição do “novo modelo de sociedade” é descrita como derradeira ponte para a salvação do euro e da União, e é acompanhada por tremendismos oraculares que fazem velozmente o seu caminho nas opiniões públicas: em Setembro de 2011, o ministro das finanças polaco, Jan Vincent-Rostowski, admitia, no Parlamento de Estrasburgo, que a extrema gravidade da crise das dívidas soberanas da zona euro poderia conduzir ao colapso da União Europeia, e que se tal sucedesse não podia excluir-se o risco de uma catástrofe generalizada:

«Se a Zona Euro se desmoronar, a União Europeia não estará em condições de sobreviver, com todas as consequências dramáticas que se possa imaginar».

4.

Os riscos vividos pelas “sociedades de risco” descritas por Ulrich Beck há 25 anos agravaram-se profundamente com a alteração da relação de forças entre as instâncias financeiras e económicas e as instâncias políticas, a favor das primeiras. E a “modernidade líquida” criticada por Zigmunt Bauman em 2000 liquefez-se ainda mais, devido à ausência de recomposições nacionais e supra-nacionais dessas mesmas instâncias políticas face à desregulação sistémica dos mercados financeiros e da sua incidência sobre as economias reais — como a dramática situação europeia veio comprovar.

Face à desvalorização do trabalho e da pessoa humana nos países mais directamente afectados pela crise actual, surgem hoje cada vez mais vozes exigindo que se abandone o objectivo da terciarização generalizada das economias a favor de uma nova reindustrialização.

Nos EUA, a ultra-consumidora “sociedade de proprietários” (de casa própria e residência secundária, vários carros com diferentes usos familiares, etc.) que George W. Bush ainda representou, sofreu um golpe decisivo em 2008 e configura hoje um modelo destinado à falência. A administração Obama tem sido criticada por economistas e sociólogos que a acusam de, nos seus planos de assistência financeira à economia, destinar demasiado dinheiro a indústrias que, apesar de continuarem a assegurar temporariamente empregos, perderam sentido devido à mudança tecnológica e à nova divisão internacional do trabalho e não terão futuro. Esta doutrina tem um distinto representante, entre outros, em Richard Florida, para quem a

saída da actual crise depende, nos EUA, da emergência de uma nova “classe criativa” capaz de gerar novas indústrias baseadas em novas tecnologias, destinadas a integrar a nova “sociedade do conhecimento”. Tal reconversão redesenhará, a prazo, um novo mapa industrial da América do Norte em articulação com o desempenho das “cidades criativas” que melhor resistiram à desqualificação pós-2008, mas far-se-á inevitavelmente à custa de uma crise social generalizada que deixará para trás boa parte da actual força de trabalho da hiper-potência de ontem.

Por seu turno a Europa de hoje, que não dá mostras de poder disputar aos EUA a liderança em matéria de inovação tecnológica-industrial, e que também não pode disputar à Ásia os custos da produção manufatureira para ali deslocalizada, depende da solução encontrada para os desequilíbrios internos da Zona Euro e das respectivas dívidas soberanas. A Europa enfrenta anos de quase estagnação e o perigo de uma recessão prolongada, e os seus problemas são mais os da definição de um novo poder político e económico transnacional que permita a sua sobrevivência colectiva e da sua “moeda única”, do que os da escolha de um modelo de crescimento partilhável, que a diversidade de situações das suas componentes nacionais não viabilizarão. Recorde-se como os interesses das economias mais fortes da Europa insistiram, precisamente, na terciarização e na desindustrialização de economias como a portuguesa, ao longo dos anos 90.

Para países como a Grécia, a Espanha ou Portugal, e apesar das diferenças que os distinguem, a questão do modelo de reindustrialização está, porém, na ordem do dia. O caso português é, decerto, paradigmático da relevância desta questão: se e quando for possível à economia portuguesa voltar a crescer, existirá um modelo de crescimento resultante da acção comum do Estado e do investimento privado, nacional e estrangeiro, ou continuará a defender-se que “a melhor política económica é a ausência de qualquer política económica”? Actualizar-se-á a definição dos *clusters* proposta por Michael Porter em 1994 e revista em 2002, e ter-se-á preparado a sua implementação, ou o diagnóstico por ele feito apenas se acrescentará ao vasto arquivo da documentação produzida sobre os problemas de Portugal? Quais os sectores que serão considerados prioritários num modelo de crescimento que estimule a empregabilidade, e como e por quem poderão eles ser financiados? Quem e como identificará os sectores que, dada a fraca capacidade de inovação e de competitividade, dada a regressão na investigação e desenvolvimento e a insuficiente articulação entre indústria e universidades, constituirão a matriz de crescimento em que valerá a pena apostar?

De momento, e nos anos que se aproximam, o empobrecimento do país por via dos programas de ajustamento resultantes de memorandos como o actualmente em aplicação apenas deixa algum espaço para o eventual crescimento de exportações em segmentos específicos da actividade industrial e para a futura abertura generalizada do país ao investimento estrangeiro, se as condições e a envolvente externa voltarem a propiciá-lo — cenários marcados, quer um quer o outro, pela maior das incertezas e que, mesmo conjugados, não definirão uma estratégia de crescimento sustentável.

Indispensável se torna, neste contexto, e no exacto momento em que a crise económica e social vai começar a agravar-se em Portugal, por um período que não é, infelizmente, possível estabelecer — porque ninguém está hoje em condições de garantir que a terapêutica adoptada produzirá os efeitos esperados ou o seu contrário — que o estudo aplicado das condições portuguesas para o regresso de um modelo de crescimento volte ao primeiro plano das preocupações nacionais.

Como recentemente foi sublinhado por Henrique Neto no seu livro *Uma estratégia para Portugal* (2011), tal esforço prolongado só poderá ser feito pela articulação entre partidos políticos, universidades e agentes económicos interessados na sobrevivência futura do país, podendo e devendo as universidades assumir a iniciativa de tal articulação. As organizações que constituem a base do sistema político, as instituições que garantem a subsistência de projectos aplicados de investigação e desenvolvimento, e os sectores do empreendedorismo industrial que pretendem estar vivos e crescer quando a pior fase da crise que aí vem for ultrapassada, precisam de constituir *think tanks* cujo objectivo seja a fundamentação credível de uma estratégia para a sobrevivência de Portugal como país autónomo, no contexto, que esperamos se mantenha, das soberanias mais partilhadas e ainda solidárias da Europa pós-crise das dívidas soberanas.

A Europa, como dizíamos no início da presente comunicação, ou é capaz de lidar com a sua crise das dívidas soberanas aproveitando-a como oportunidade para maior integração política e

dando passos decisivos a caminho da sua federalização, ou corre o risco de desintegração, perdendo a sua moeda única e regredindo para um sistema de relações internacionais anterior ao sonho dos seus pais fundadores. E Portugal, neste contexto escorregadio e incerto, ou consegue reclusterizar-se e repensar-se em função da inovação e da economia do conhecimento, identificando uma estratégia que o traga de volta ao crescimento económico sustentado, ou condena-se à deriva imparável do empobrecimento e da irrelevância.

Autores citados

- Bauman, Zigmunt (2000): *Liquid modernity*. Cambridge, Polity Press & Blackwell Publishing.
- Beck, Ulrich (1986): *Risk Society — Towards a New Modernity*. London, Sage, 1992.
- Castells, Manuel (1996). *The Rise of the Network Society*. pp. 376–428.
- Florida, Richard (2011): *The Great Reset: How the Post-Crash Economy will change the way we live and work*. NY, Harper-Collins.
- Harvey, David (2010): *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. London: Profile Books. ISBN 1-84668-308-4.
- Harvey, David (1995): *The Condition of Postmodernity: an Enquiry into the Origins of Cultural Change*. pp. 240–323. ISBN 9780631162940.
- Krugman, Paul (2008): “Southern Discomfort”, NYT, 22 de Dezembro.
- Ladrière, Jean (1991): «De la critique de la société industrielle à la critique de la modernité», in *Revue Philosophique de Louvain* vol. 89, issue 81, pp.5-21.
- Mendes, J.M. (2006): «Os direitos culturais do sujeito face à globalização liberal», in *Janus 2006*.
- Neto, Henrique (2011): *Uma estratégia para Portugal*, Lisboa, Lua de Papel.
- Schumpeter, Joseph A. [1942]: *Capitalism, Socialism and Democracy*. 3rd ed. New York: Harper-Collins, 1950.
- Sombart, Werner (1913): *Krieg und Kapitalismus* (Guerra e capitalismo). München, Duncker & Humblot.
- Touraine, Alain (2005): *Un nouveau paradigme — pour comprendre le monde d’aujourd’hui*, Fayard.
- Udry, Charles-André, «Uma nova guerra social abre-se na Europa», url: <<http://combate.info>>, consultado em Outubro 2011.

Websites úteis

- World bank comparable global data and reports: <http://worldbank.org/>
- Bank of International Settlements working papers and reports: <http://bis.org>
- IMF global reports and data: <http://www.imf.org>
- The NYT article archive: <http://www.nytimes.com/ref/membercenter/nytarchive.html>
- MD: <http://www.monde.diplomatique.fr/MR>: <http://www.monthlyreview.org/mrzine>
- Magna Carta da AIP (2003):
http://www.anacom.pt/streaming/CartaMagna.pdf?contentId=118655&field=ATTACHED_FILE